

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E  
PROCESSOS PEDAGÓGICOS  
CONTEMPORÂNEOS  
NO BRASIL**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PREVERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

MARIA DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA  
SÔNIA REGINA SOUZA FERNANDES  
(ORGANIZADORAS)

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E  
PROCESSOS PEDAGÓGICOS  
CONTEMPORÂNEOS  
NO BRASIL**

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Políticas de educação e processos pedagógicos contemporâneos no Brasil / Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Sônia Regina Souza Fernandes (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2011. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-200-3

1. Educação – Brasil 2. Educação e Estado – Brasil 3. Pedagogia – Brasil 4. Política educacional 5. Política e educação – Brasil 6. Políticas públicas I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Fernandes, Sônia Regina Souza. III. Série.

11-10097

CDD-379.81

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Políticas de educação e processos pedagógicos 379.81

**Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Região Sul – GEPES Sul**

*Coordenação Editorial:* Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Uniplac)

Ana Maria Netto Machado (IFSC)

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (Unicamp)

José Camilo dos Santos Filho (Unicamp)

Marilane Maria Wolff Paim (Uniplac)

Sônia Regina Souza Fernandes (IFSC)

Vitor Hugo Mendes (Uniplac)

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide

*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

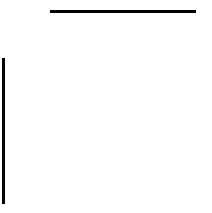
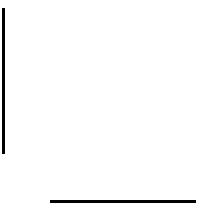
**setembro/2011**

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Aos nossos pais, João e Maria de Lourdes e  
Pedro e Anália (in memoriam) que dentre as suas  
crenças, tinham na escola/educação, a esperança de  
um mundo melhor para seus filhos.  
as organizadoras*



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	11
PARTE I – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	
Capítulo 1	
BANDEIRAS DE DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL: A AÇÃO DO ESTADO E A POLÍTICA EDUCACIONAL . . . . .	25
Elton Luiz Nardi	
Capítulo 2	
A DIFÍCIL CONJUGAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO ESCOLAR . . . . .	53
Lúcio Kreutz Terciane Ângela Luchese	
Capítulo 3	
REFORMAS EDUCACIONAIS: RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS IGUALDADE & EQUIDADE? . . . . .	75
Margarita Victória Rodriguez Silvia Peixoto	

Capítulo 4  
NOTAS POLÍTICAS SOBRE LA ENSEÑANZA SUPERIOR Y LA  
INVESTIGACIÓN PARA FORMULAR UNA “OTRA” POLÍTICA  
CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA PARA AMÉRICA LATINA . . . . . 105  
Renato Dagnino

Capítulo 5  
POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA  
NA DÉCADA DE 1980 EM LAGES (SC) . . . . . 121  
Andréa Aparecida Colla de Souza

Capítulo 6  
O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES DAS PARCERIAS COM  
O TERCEIRO SETOR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA . . . . . 133  
Regina Tereza Cestari de Oliveira  
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

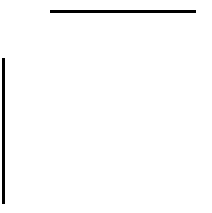
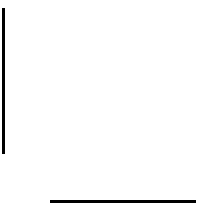
PARTE II – PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Capítulo 7  
ENSINO DE LETRAS E ARTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
E A QUESTÃO DA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA . . . . . 159  
Maria Eugênia de Lima Montes Castanho

Capítulo 8  
AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE E OS MODELOS DITOS  
CLÁSSICOS: ALGUNS ELEMENTOS DE ONTEM E DE HOJE! . . . . . 179  
Ana Maria Netto Machado  
Vânia Maria Alves



Capítulo 9	
CULTURAS UNIVERSITÁRIAS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA . . .	205
Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira	
Eliana Bernardes Lourenço	
Capítulo 10	
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA GRADUAÇÃO	
EM DIREITO: DIÁLOGOS ENTRE OS PARADIGMAS POSITIVISTA/	
TRADICIONAL E PÓS-POSITIVISTA/EMERGENTE . . . . .	227
Sônia Regina de Souza Fernandes	
Fabiany Luciano	
Capítulo 11	
EDUCAÇÃO PARA O MERCADO DO TRABALHO:	
IMPASSES E CONTRADIÇÕES . . . . .	251
Silvia Andrea de Pieri Oliveira	
Maria de Lourdes Pinto de Almeida	
Capítulo 12	
TENSÕES PRESENTES NAS REFLEXÕES DOS PROFESSORES SOBRE O	
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS . . . . .	275
Ruth Pavan	
Capítulo 13	
A REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES/DIFERENÇAS	
AFRO-BRASILEIRAS NAS ESCOLAS . . . . .	295
José Licínio Backes	
POSFÁCIO	
EDUCAÇÃO & CAPITALISMO: O CONTEXTO	
DOS NOVOS PROCESSOS SOCIOCULTURAIS . . . . .	315
Lindomar Wessler Boneti	
Airton Carlos Batistela	



## APRESENTAÇÃO

*Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca o problema de identificar teoria e prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a a máxima potência, ou então, dada certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional. (Gramsci, 1978, p. 51)*

Com este tema, *Políticas e Processos Educativos*, pretendemos compartilhar com os leitores, um conjunto de textos produzidos nos últimos anos, em torno do debate acadêmico da temática em questão, imprimindo *olhares* analíticos, descritivos e *propositivos*. Os mesmos foram elaborados, especialmente, nos últimos três anos,

e dizem respeito tanto a resultados de grupos de pesquisas e ou pesquisadores experientes, quanto de jovens pesquisadores brasileiros.

De certa forma é possível dizer este conjunto de textos transversalizam as dimensões das *políticas e processos educativos* desde a Educação Infantil à Educação Superior, bem como trazem um conjunto de reflexões que envolvem assuntos também do campo da cultura e de suas relações, e ainda, que apenas do ponto de vista didáticos eles foram agrupados em dois blocos, sendo a leitura e compreensão dos mesmos, articulados e orgânicos.

Os textos que tratam das *Políticas* levarão os leitores a percorrerem desde os processos de descentralização das responsabilidades educacionais e das reformas no Brasil, como a reflexão das políticas de *enseñanza* e de pesquisa para a América Latina. Já, os textos que problematizam os *Processos Educativos*, trazem questões mais focadas às dimensões e a complexidade do trabalho docente.

É importante destacar que esta temática, vem nas duas últimas décadas, ganhando espaço e preocupação no debate nacional, tanto por meio das políticas públicas emanadas dos governos Federal (entre elas a LDBEN/ 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Superior), Estaduais e Municipais, desencadeado notadamente pelos diferentes fóruns de discussão, o mais recente, a Conferência Nacional de Educação – CONAE, que trouxe no âmbito da discussão nacional, a proposição de um Plano Nacional de Educação para o próximo decênio (2011-2021), que implica na criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação. Como também das reflexões advindas do campo acadêmico, que apontam para a emergência deste tema e da necessidade da produção em torno do mesmo.

Outra questão que gostaríamos de destacar é a preocupação em relação aos sentidos dados aos termos/conceitos que ganharam centralidade nesta coletânea – *políticas e processos em educação*, pois sabemos que os conceitos são construídos, historicamente, no contexto de diferentes características culturais, econômicas e políti-

cas que configuram as sociedades ao longo da sua trajetória. Assim, consideramos importante chamar a atenção para o uso dos mesmos, uma vez que são polissêmicos, contraditórios e datados historicamente. Dessa forma somos levados a pensar criticamente, na utilização recorrente e muitas vezes naturalizada, atualmente, ao nível da retórica, em especial nos discursos políticos e das reformas educacionais, em muitos casos pautados pelo senso comum dos termos em questão e, até mesmo pelos docentes, ao tentar justificar sua atuação profissional.

A título de ilustração, segundo os autores, termos como *autonomia e política*, no discurso político, assume sentido diferente daquele que possui no discurso acadêmico. A discussão em torno dos mesmos aponta para o entendimento de suas ambiguidades e contradições, é neste contexto, que destacamos nossa preocupação. Desta forma, alertamos aos leitores de que as compressões dadas nesta coletânea são de responsabilidade dos autores, não cabendo, portanto, por parte das organizadoras, inferir ou apresentar valor de juízo aos mesmos.

A coletânea está organizada em duas partes – compostas por *artigos/textos* elaborados por diferentes educadores, professores e pesquisadores (alguns mais experientes, outros mais jovens) no campo da educação, *extraídos* de estudos e reflexões teóricas, bem como de pesquisas empíricas de várias regiões do Brasil, com o intuito de contribuir com o debate acadêmico em torno das políticas e processos educativos, especialmente *no* e *com* contexto brasileiro.

Na primeira parte apresentamos um conjunto de seis *artigos/textos* voltados para o exame e análise das políticas em educação no Brasil, sendo que um deles volta-se para a América Latina.

O primeiro capítulo – *Bandeiras de descentralização no Brasil: a ação do estado e a política educacional* – traz uma leitura das bandeiras e práticas descentralizadoras patrocinadas pelo Estado brasileiro no âmbito da política educacional, com foco no sentido conferido à descentralização como recurso político de gestão. O autor analisa o fenômeno político da descentralização no setor educacio-

nal, ordenamentos e medidas descentralizadoras que marcaram a política educacional brasileira a partir das primeiras décadas do século XIX. O autor diz ainda que, embora se mantenha animada uma lógica democrático-participativa de descentralização, pautada pela partilha do poder decisório entre o Estado e a sociedade civil, as condições que mais recentemente caracterizam a dinâmica de gestão promovida pelo Estado indicam a prevalência de uma orientação instrumental conferida a esse recurso, a qual está ancorada no processo de reforma do Estado impulsionado nos anos de 1990.

Na sequência temos Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese nos brinda com a discussão sobre *A difícil conjugação das especificidades culturais com as políticas públicas no processo escolar*. Este capítulo possui uma rica reflexão da complexidade dos temas multiculturais no campo da educação escolar e sua relação com as políticas públicas. Dizem os autores que os estudos em história da educação, bastante divulgados nas últimas décadas, demonstram a dificuldade em conjugar as políticas educacionais com o processo escolar. Este foi articulado, normalmente, para a superação das diferenças culturais, visando-se a homogeneização de referências e valores. No entanto, nas últimas décadas, em novo contexto, começamos a ter maior sensibilidade para compreender a diversidade cultural como um dos maiores bens da humanidade, o que incide em novos desafios para repensar o processo escolar tradicionalmente homogeneizador. Desta forma, a escola pode ser concebida como o espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, de valorizar e de viver, construídas em um marco de tempo e de espaço que dão pertinência e identidade a indivíduos e grupos sociais.

No terceiro capítulo Margarita Victoria Rodrigues e Silvia Peixoto de Lima tratam a questão reformas educacionais e fazem uma provocação: *ressignificação de conceitos igualdade & equidade?* O texto tem por objetivo realizar uma discussão sobre o conceito de equidade que se destaca como princípio na formulação das políticas educacionais no Brasil, especialmente a partir da década de 1990. A equidade é uns dos fundamentos básicos para o direcionamento das

reformas do sistema educacional implantadas no contexto da reforma do Estado de caráter neoliberal. As mesmas foram implementadas como consequência das diretrizes impulsionadas por agências de fomento educativas e dos organismos multilaterais de financiamento no período. Assim, este artigo busca demonstrar como, historicamente, o conteúdo do mencionado conceito é abordado de maneira paradoxal por ideólogos de diferentes correntes, ou não, assumindo sentidos divergentes a depender da forma como é utilizado. Para tanto se adota a pesquisa documental como estratégia metodológica mediante a qual se faz a análise do documento “Equidade e Desenvolvimento” produzido pelo Banco Mundial (2006), contrapondo aos seguintes autores: Aristóteles (1999) que apresenta equidade como uma correção da justiça legal; Saviani (1998) para o qual o conceito fundamenta-se em razões utilitárias; Rawls (1997) que por meio do conceito “justiça como equidade” reforça o sentido de igualdade de oportunidade, Friedman (1979) que o apresenta como igualdade de resultados e Hayek (1990) para o qual o princípio citado quando posto a prova da utilidade torna-se insatisfatório. A partir dos anos de 1970, organismos multilaterais passaram a influir sobre os governos dos países em desenvolvimento oferecendo recursos financeiros para investimento em políticas educacionais e assessoria para formulação destas políticas visando, segundo seus próprios documentos, contribuir para redução dos níveis de pobreza no mundo. Na elaboração dessas políticas, o conceito de igualdade presente no liberalismo clássico foi sendo substituído pela categoria de equidade expressando, aparentemente, aquilo que os neoliberais entendem como apropriado para as sociedades humanas. Contudo, o termo escolhido acaba por assumir múltiplos significados compondo tanto o discurso de progressistas quanto de neoliberais, podendo gerar, se aplicados, resultados opostos. Reduzida a “igualdade de oportunidade” como a que quer o Banco Mundial, a concepção de equidade limita o alcance das políticas sociais as quais deveriam servir como instrumento, em um primeiro momento, da distribuição das riquezas produzidas pela sociedade capitalista e ainda somadas as políticas educacionais, possibilitar condições mais equânimes de vida.

Na sequência temos o texto de Renato Dagnino que tem por título *Notas políticas sobre la enseñanza superior y la investigación para formular una 'outra' política científica y tecnológica para América Latina*. O complexo formado pela universidade pública e os institutos pesquisa governamental vem se mostrando crescentemente “disfuncional”. Ele continua sendo uma parte de um sistema socioeconômico marcado pela nossa condição periférica e em processo contínuo de auto-organização, mas cada vez menos atende aos interesses dos dois segmentos contraditórios que conformam esse sistema. Para o autor, não serve nem à elite econômica e política, que o ocupa e controla, nem ao que se vem chamando movimentos sociais que, no caso da universidade sequer nela podem entrar. Os atores políticos que nela se enfrentam – as lideranças docentes e discentes e aqueles que elas denominam de governantes obscurantistas e autoritários – pertencem ao primeiro segmento: à elite. Eles se opõem em muitas coisas, mas ambos discordariam do diagnóstico da “disfuncionalidade”. Garantem que aquele complexo é imprescindível para atender as demandas cognitivas contidas nos projetos políticos dos dois segmentos antagônicos da nossa sociedade. O fato de que a capacidade de acumulação da empresa atualmente dele prescinde evidencia o lado empresarial da disfuncionalidade. Sobra para as elites apenas o status, decrescente, que passar pelas boas universidades públicas proporciona. Sobre a disfuncionalidade do lado da classe dominada, é redundante comentar as barreiras ao seu acesso à universidade pública, mas vale a pena indagar sobre a utilidade que poderia ter o conhecimento que lá se oferece e que nos institutos de pesquisa se desenvolve num contexto de informalidade crescente como o que vivemos. Para Renato, colocar o interesse dos movimentos sociais na agenda política do processo decisório é uma tarefa urgente da comunidade de pesquisa de esquerda. Essa parece ser a única maneira de abri-la e impedir que aquele complexo se torne ainda mais disfuncional.

O quinto capítulo – *Políticas de atendimento à infância na década de 1980 em Lages (SC)* – apresenta um recorte dos resultados



da pesquisa (em nível de mestrado) desenvolvida a partir de um denso exame documental, tendo como foco a trajetória do atendimento à infância numa cidade do interior do Estado de Santa Catarina. Por meio da perspectiva hermenêutica, a autora procurou analisar e compreender as políticas públicas educacionais no Brasil, bem como sua relação e implicações num contexto local. A autora Andréa Aparecida Colla de Souza nos ajuda a pensar as implicações entre os termos políticas, ações e projetos no contexto da educação, em especial, na educação infantil, uma das etapas menos privilegiadas nas políticas governamentais brasileiras e, portanto, menos atendida.

Regina Tereza Cestari de Oliveira e Maria Dilnéia Espíndola Fernandes discutem no sexto capítulo *O público e o privado na educação básica brasileira: implicações das parcerias com o terceiro setor para a gestão democrática*. Este texto analisa as novas formas de regulação entre o público e o privado no contexto de redefinição do papel do Estado no Brasil e as decorrências para a gestão democrática da educação. Os dados e análises apresentados, aqui, resultam de pesquisa interinstitucional sobre a parceria firmada entre o governo do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), na efetivação do Programa Escola Campeã, no período de 2001 a 2004. A investigação baseia-se na legislação municipal pertinente que norteou a política educacional de gestão no referido período, em documentos produzidos pelo município e em entrevistas com gestores do sistema. Parte-se do pressuposto que as mudanças nas políticas educacionais, hoje, só podem ser compreendidas no contexto global do capitalismo, da crise econômica e política que este modo de produção engendrou e que se iniciou nos anos de 1970, intensificando-se nos anos 1990 e que persiste até a atualidade, cuja manifestação internacional vem se expressando também no contexto brasileiro.

Na segunda parte, intitulada Processos Educativos, temos sete capítulos e um posfácio.

Abrindo a discussão sobre Processos Educativos temos nossa querida Maria Eugênia de Lima Montes Castanho analisando o

*Ensino de letras e artes na educação superior e a questão a inovação pedagógica.* Partindo dos depoimentos de personalidades ilustres nas áreas estudadas, analisou se duas questões básicas: a inovação em educação e a função da arte na educação e na sociedade. Com relação à inovação, acreditamos que o uso da moderna tecnologia pode conduzir a formas bastante conservadoras de ensino. Como já apontamos, temos realmente inovação quando as estruturas profundas do ensino são modificadas, levando os alunos à construção do conhecimento. Para a autora, com relação à arte, há todo um problema de civilização que a vê como uma esfera separada das demais atividades especulativas, ao mesmo tempo em que é desprezada na educação porque se supõe que não envolva a cognição e não se a entende como um poderoso meio auxiliar de formar seres criativos capazes de colaborar para construir um novo tempo e uma nova sociedade. O desenvolvimento da pesquisa e da reflexão enriquecerão as provas de que na arte estão presentes todas as operações cognitivas, mudando, em longo prazo, a posição da arte na educação. Do ponto de vista psicológico, os fundamentos para uma prática educacional adequada a tais diretrizes teóricas podem ser encontrados no estudo das estruturas genéticas da inteligência; do ponto de vista estético, nos desenvolvimentos da arte plástica contemporânea. Aproximando a arte que se faz no âmbito da educação da arte feita fora desse âmbito e incluindo-se a decodificação das mensagens dos meios de comunicação de massa, proporcionam-se condições de o estudante compreender os caminhos e descaminhos da arte e da história de seu país. Desse modo, as aulas de arte estarão contribuindo de alguma forma para a construção de uma genuína cultura brasileira – o que não significa repudiar outras culturas, mas *exercer domínio sobre sua influência*.

Ana Maria Netto Machado e Vânia Maria Alves discutem no capítulo intitulado “*As origens da universidade e os modelos ditos clássicos: alguns elementos de ontem e de hoje*” todo um histórico sobre a gênese da Universidade na História da Humanidade e os modelos principais de universidade que teriam se constituído a partir

do século XVIII-XIX. Esses três modelos, frequentemente designados como clássicos incluem dois de maneira sistemática: o francês, conhecido como *napoleônico*, e o alemão, conhecido com *humboldtiano*. Quanto ao terceiro modelo, conforme cada autor consultado encontra-se designações diferentes ou até universidades distintas. São citados o modelo *anglo-saxão*, o modelo de *Newman* ou o modelo de *Flexner*, indicações que não podem ser consideradas equivalentes, embora mantenham entre si alguns vínculos: o modelo anglo-saxão começa com Oxford, uma das três primeiras universidades a serem criadas, é provavelmente aprofundado em suas peculiaridades por Newman, na Irlanda (1852) e, posteriormente, é desenvolvido e transformado, até um ponto oposto inclusive, por Flexner nos Estados Unidos. Em torno desse terceiro modelo de universidade as autoras encontraram vários equívocos na literatura brasileira. Para as autoras, também é necessário observar que os três modelos costumam ser apresentados de maneira muito resumida e raramente contextualizada do ponto de vista histórico; o que resulta em uma frequente comparação entre os modelos *napoleônico* e *humboldtiano*, desprezando o fato de que um resultou de um longo processo que remonta ao século XIII, e o outro têm apenas duzentos anos (a Universidade de Berlim foi fundada em 1810). Imperdível esta discussão, caro leitor!

Dando sequência a esta discussão sobre Universidade, Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Eliana Bernardes Lourenço analisam as *Culturas universitárias e a universidade brasileira*. Este capítulo procura contribuir para o debate acerca do processo de reconfiguração da educação superior no Brasil, destacando os elementos centrais que estrutura e estruturam a política universitária. O texto contextualiza as direções que a instituição universidade foi tomando a partir do início do século XIX e a sua vinculação com o Estado. Trabalha a estruturação política da universidade moderna, a sua vinculação com a produção da ciência. Analisa a cultura universitária brasileira e as rupturas e continuidades da recente história da

educação superior brasileira, bem como as culturas universitárias atuais inspiradas na cultura mercantil de orientação neopragmática.

O décimo capítulo intitulado *Reflexões sobre o trabalho docente na graduação em Direito: diálogos entre os paradigmas positivista/tradicional e pós-positivista/emergente* – trata de uma temática contemporânea focando a complexidade do trabalho docente na graduação, procurando problematizar essa complexidade à luz da discussão teórica/paradigma positivista e pós-positivista no campo do Direito e, no da Educação, em torno da Pedagogia Tradicional e de uma possível Pedagogia Emergente. De acordo com as autoras a reflexão se insere no quadro do atual contexto intelectual fundante no campo do Direito – o *Pós-Positivismo*, hoje em processo de consolidação nas ciências jurídicas. Também no quadro dos estudos em torno da Pedagogia Universitária, notadamente no que se refere às “novas” exigências do trabalho docente no contexto da educação superior.

Na sequência temos o texto de Silvia Andréia Zanelato de Pieri Oliveira e Maria de Lourdes Pinto de Almeida analisam a *Educação para o mercado do trabalho: da experiência a análise crítica*. O capítulo Trata do significado da educação atrelada aos modelos de gestão caracterizados pela visão de capital humano. a ideia da educação de caráter mercadológico, está veiculada a uma visão imediatista à qual os resultados precisam aparecer em curto prazo e, como consequência, o desenvolvimento humano é visto como mais um número, sem se considerar o contexto econômico, social e as interferências culturais e políticas. Desse modo, conceitos de competências e empregabilidade na inserção ou permanência do trabalhador no mercado de trabalho são os elementos que fundamentam as discussões. Para as autoras o texto versa sobre os desafios da educação na condição de desenvolvimento de pessoas nas organizações, enfatizando a atual estrutura produtiva, o perfil do trabalhador e as necessidades da sociedade contemporânea.

O décimo segundo capítulo – *Tensões presentes nas reflexões dos professores sobre o currículo da educação de jovens e adultos* –

é fruto do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq “As concepções curriculares presentes na reflexão dos educadores da educação básica e suas implicações para o processo ensino e aprendizagem”. Nele, a autora, Ruth Pavan, analisa a concepção de currículo escolar dos educadores de Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, articulando-a com o multiculturalismo. Para a autora a educação de educação de jovens e adultos continua sendo um grande desafio para a educação brasileira, assim como o seu currículo e que precisa ser problematizada desde o seu currículo, para que não corramos o risco de tratá-la de forma burocratizada e domesticadora como ela foi no passado, mas que tenha no presente uma perspectiva crítica não discriminatória, para que signifique, de fato, uma melhor qualidade de vida para seus alunos e alunas.

O décimo terceiro capítulo – *A representação das identidades/diferenças afro-brasileiras nas escolas* – nos traz um trabalho que analisou as identidades/diferenças étnico/raciais produzidas no contexto das escolas segundo a ótica dos estudos afro-brasileiros. De acordo com o autor, José Licínio Backes, o trabalho é resultado da pesquisa, “Os conceitos de cultura, identidade e diferença em trabalhos apresentados na ANPED (2005-2009) e suas implicações para o campo epistemológico da educação”, financiada pelo CNPq (Edital MCT/CNPq 14/2008 – Universal). Na qual tomou como fonte de análise todos os trabalhos apresentados no GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais, da ANPED, no período de 2005 a 2009, perfazendo um total de 50 trabalhos analisados.

Fechando a discussão apresentada temos o posfácio escrito por Lindomar Wessler Boneti e Airton Carlos Batistela intitulado *Educação & Capitalismo: o contexto dos novos processos socioculturais*. Este texto se dedica a analisar as repercussões sobre as tarefas educacionais no Brasil dos novos processos sociais do capitalismo de hoje. Entende-se existir, neste momento histórico, uma nova ordem mundial, derivando novos processos sociais, os quais, interlaçados, repercutem sobre as relações políticas educacionais. Isto é, para os autores, entende-se que neste contexto global de grandes

transformações novos processos sociais se colocam como elementos intermediários entre o mundo produtivo e político, trazendo novos significados para as tarefas culturais, trabalho, hábitos de consumo e especialmente educacional. Boneti e Batistela concluem que as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas e os novos processos sociais daí resultantes, fazem aumentar a pressão sobre a educação no sentido de acolher finalmente as diferenciações sociais, físicas e culturais, o que pode ser interpretado como um novo desafio da educação no sentido de se repensar até mesmo a racionalidade institucional deste espaço.

Se no contexto do “produtivismo” – produzir é preciso, no contexto de um paradigma emergente, podemos pensar na produção de um conhecimento científico – neste caso, no campo da educação – que se constitua num senso comum. Que os leitores (professores ou não) se apropriem do conhecimento científico no cotidiano de sua práxis. Desta forma, voltando a citar Marques (2006, p. 17), “escrever é preciso, pesquisar sempre, reconstruir de contínuo nossas aprendizagens. A isso nos convocam nossas responsabilidades solidárias”.

Eis, portanto, nesta coletânea, uma produção solidária, feita por várias mãos e por autores e autoras que sentem no ato de escrever o gosto de “uma cachaça, e não uma obrigação insípida” (Marques 2006, p. 17).

*As organizadoras*  
Lages/Camboriu, maio de 2011

### *Referências*

GRAMSCI, Antonio (1978). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio Janeiro: Civilização Brasileira.

MARQUES, Mário Osório (2006). *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 5ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí.